



para Vasco da Gama, lembrar é atitude fundamental, à qual, para o bem e para o mal, ainda que pretendessem, não poderiam escapar. E a angústia que daí advém, aponta, mais uma vez, para as palavras de Nietzsche, em sua *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, em que o filósofo alemão, ao refletir acerca do peso do passado, afirma:

o homem, ao contrário, contrapõe-se ao grande e cada vez maior peso do que já passou: este peso o oprime e o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos como um fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar e que, no convívio com seus iguais, nega com prazer para lhes despertar inveja. Por isso o aflige, como se pensasse em um paraíso perdido, ver o gado pastando, ou, em uma proximidade mais familiar, a criança que ainda não tem nada a negar de passado e brinca entre os gradis do passado e do futuro em uma bem aventurada cegueira. E, no entanto, é preciso que sua brincadeira seja perturbada: cedo demais a criança é arrancada ao esquecimento. Então ela aprende a expressão “foi”, a senha através da qual a luta, o sofrimento e o enfado se aproximam do homem para lembrá-lo o que é no fundo a sua existência – um *imperfectum* que nunca pode ser acabado (p. 8).

Curiosamente, somos levados a perceber que, em ambos os textos, ao encetarem a busca por compreender a experiência vivida, tanto um personagem quanto o outro situam como ponto de partida justamente o momento em que, arrancados ao esquecimento e convocados a experimentar conscientemente a dor da separação, percebem esse *imperfectum* a que Nietzsche se refere de forma tão significativa. Cabe ao Gama, em tenra idade, ver o pai ser levado de seu convívio por conta de uma suposta traição a D. João II. O mesmo rei será responsável por lançar Abel a incógnito destino, quando determina que todas as crianças judias sejam levadas a São Tomé para lá habitarem a terra. É o próprio judeu que nos conta a partida da Ribeira e, através de seus olhos, somos convocados a rever, criticamente, os fios que se entremeiam às malhas tecidas pelo Império Português:

quem poderá descrever aquela Praça da Ribeira no dia nefasto em que ali se reuniam as crianças? Originárias das mais distantes regiões do Reino de Portugal, juntavam-se elas em magotes que os grandes fiscalizavam, agregando-se às resultantes de Lisboa, as quais em geral se faziam acompanhar por basta parentela. Era uma manhã de Abril, tão suave que mais parecia um agouro de acontecimentos festivos do que limiar de um holocausto que se preparasse. E o grito das judias, descabeladas diante da tragédia do furto de seus rebentos, apegavam-se aos guinchos das gaivotas na luz da beira-Tejo. Eu chegara com os restantes, estremunhado e dorido, assarapantado pela riqueza dos palácios, pela cópia de gentes variegadas que enchem as ruas (Cláudio, 2003, p. 15).

É, portanto, em busca de interrogar a sua própria experiência para, se possível, nela descobrir uma chave de sentido, uma possibilidade de, ao dizer o mundo, falarem sobre si mesmos, que esses homens retomam o tempo vivido, investindo o passado de novas significações. Assim, o acontecer é aqui desestabilizado pela própria passagem do tempo e pela impossibilidade de repeti-lo e o jogo narrativo a que se submete funda uma nova temporalidade que, no dizer de Beatriz Sarlo, “a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar”, pois “a narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer” (2009, p. 25). E por isso, por conta desse caráter móvel que acompanha não apenas a memória e o seu narrar, mas o seu próprio modo de compreensão, que estamos habilitados a afirmar que tanto um personagem quanto o outro só podem olhar para o que foram a partir daquilo que são, ou seja, após viajarem ao encontro do outro e postularem, a partir dele, as questões que os movem. A memória do passado é algo que se constitui frente às nossas experiências do presente, transitando entre o que lembramos e o que esquecemos. É o homem de hoje que recupera o sentido daquilo que viveu e o que narra é fruto de sua aprendizagem através do tempo transcorrido. Mesmo que o Gama, diante de Barnabé, o reconheça como o verdadeiro descobridor do caminho para as Índias – e todos sabemos que esse caminho, para além de encenar-se como percurso concreto, desdobra-se

como espaço de aprendizagem e de transformação –, não consegue escapar ao acúmulo de experiências e, a considerarmos o que sobre ele diz o narrador, posiciona-se na fronteira entre passado e presente. Cito:

um velho no inverno aguarda a hora da ceia, e nisso se impacienta, e da defesa contra as neves que não param de cair deriva ele a coragem de arrostar com a velhice. Esgotou o delírio da memória e a febre do futuro, remeteu-se a si mesmo e ao novelo das desilusões que vai acarretando. E aqueceram-lhe a estância da comida, já que da altura das labaredas colherá a ilusão da continuidade, o empenho do presente e o exílio do medo (Cláudio, 1998, p. 31).

Se permanece o medo, já não é a alforreca a causá-lo, mas a “terrífica hidra”, pois, ao lembrar-se da infância, “pela translucidez de uma alforreca perdida é que observa o mostrengo ali figurado, a mais profusa das hidras das sete cabeçorras do medo” (p. 22); o irmão Paulo, a ampará-lo, sempre protetor, é já agora o espaço de um vazio que amplia a solidão e reitera ao velho capitão a proximidade da morte: “E destacou-se Vasco do corpo que aos olhos lhe roubavam, ponderando que onerosa se lhe fizera, e insusceptível de qualquer dádiva se recompensar, a trabalhosa empresa das especiarias” (Cláudio, 1998, p. 266). Em tudo que revê, por fim, atravessa o tempo em que vive, ainda a aguardar, na velhice, os mapas que insinuem um caminho por onde seguir.

Abel, por sua vez, assume o lugar de quem narra e, através desse narrar, tenta pôr ordem ao que necessariamente se instaura através de uma perspectiva descontínua, labiríntica mesmo. O ato de lembrar é, para ele, algo que se dá a partir da apropriação discursiva de sua história e daqueles que, com ele, encontraram no exílio um destino marcado, sobretudo, pela violência e pela solidão. Como bem assinala Dalva Calvão (2006, p. 100), o velho dono de engenho escreve rodeado pela ruína e pela morte. Metonimicamente, é ainda através do passado como ruína – sempre Benjamin – que ele percorre sua memória, entrelaçando à escrita como fragmento a descontinuidade do que recupera. Lembrar e narrar são para ele, por fim, atitudes que se sobrepõem na

busca de compreender o sentido oculto por trás do exílio – o seu próprio exílio a dobrar-se por sobre a diáspora de todos os judeus. Nesse sentido, é fundamental perceber, por exemplo, a consciência de Abel sobre o caráter discursivo do que está a lembrar e do uso da escrita como instrumento capaz de propiciar a interface possível entre aquilo que é e o que foi. Ao interrogar-se acerca de “quem poderá descrever aquela Praça da Ribeira”, Abel dirige-se não apenas ao próprio movimento que tenta traçar em busca do tempo que passou, mas, e sobretudo, ao texto que anota por entre as linhas da Tora. Desta forma, através dele, revela-se como alguém que *escreve* e, ao seu texto, como trajeto consciente das limitações impostas pela matéria de que é feito. Por isso, talvez seja importante assinalar, mais uma vez, que a memória é também composta por aquilo que esquecemos e que, nesse esquecer, todo o seu sentido aflora e se enriquece. Ao vazio que resta, aos interstícios do que fomos, interpomos a presença do que somos e é nesse trânsito fluido e descontínuo que o discurso da memória busca materializar-se. Por outro lado, a sábia indagação de nosso narrador dirige-se a um mais além, referindo mesmo a uma consciência do exercício da escrita que atravessa todo o romance de Mário Cláudio – senão todos os seus romances – e reflete as indagações próprias de parcela significativa da ficção contemporânea acerca das relações entre o nome e aquilo que ele nomeia ou, para não esquecermos Foucault, entre “as palavras e as coisas”. Nas palavras de Francis Ponge, já aqui citado por Collot, a experiência da alteridade da coisa, nos leva a intuir que “o que nos faz reconhecer uma coisa como coisa é exatamente o sentimento de que ela é diferente de seu nome, da palavra que a designa” (Ponge *apud* Collot, 2006, p. 34). Assim, se Abel escreve para lembrar, também o faz para nomear e, nomeando, reconhecer na diferença o espaço que habita. É o mesmo Collot quem afirma:

mas essa distância entre palavras e coisas, longe de destinar o poeta ao silêncio, suscita nele o desejo de escrever para melhor nomear a coisa, reinventando seu nome. Entre palavras e coisas não há nem adequação, nem exclusão recíprocas, mas um diferendo íntimo. As coisas são, a um só tempo, vizinhas e diferentes de seu nome, e é jo-

gando com essas diferenças e semelhanças que o poeta pode transformar o mundo e as palavras (p. 34).

Mesmo que em um primeiro momento sejamos levados a considerar que Collot dirige seu debate para o texto poético, não acredito estar incorrendo em erro ao transferir suas palavras – e a reflexão a elas subjacente – para uma narrativa como a de Mário Cláudio, profundamente lírica e ancorada, antes de tudo, em um trabalho que pretende pensar a materialidade da palavra em sua funcionalidade discursiva. Desta forma, e retomando o texto de *Oríon*, somos levados a afirmar que tão importante quanto o esforço para descrever a ilha e sua natureza, o espaço que a circunda e que, após tantos anos, mantém-se como objeto do interesse de Abel – “e não mais me abandonaria esta surpresa das cousas...”, afirma o narrador na primeira página do romance –, é a associação entre essa natureza e o livro, ambos elementos a serem decifrados a partir de leitura atenta e produtiva. Ao designar – nomear – o espaço que a circunda, Abel posiciona-se como quem lê um texto, acabando por assinalar indireta e metaforicamente a sua atitude como a de alguém que, ao contemplar o mundo, o faz de forma mediada pela escrita: “aprendi a designar as árvores, os arbustos e as ervas, estudei a sua utilidade e a sua reprodução, debrucei-me para a ilha como quem se dobra para um livro, munido da lente que lhe amplia os caracteres” (Cláudio, 2003, p. 46).

No jogo entre o narrador Abel e o romancista Mário Cláudio, como já insinuamos e nunca é demais repetir, o que sobressai é a presença de um discurso profundamente lírico, em que o ímpeto por contar encontra no exercício da linguagem e no labirinto das palavras sua contra-face mais sugestiva. O velho judeu dobra-se sobre a paisagem que se descortina aos olhos da criança que foi e a reencontra como paisagem da escrita. É por isso que, ao molhar “a pena na tinta que a poeira engrossou”, escreve seu texto nas entrelinhas da Tora, sugerindo o intercâmbio entre uma escrita que se quer sagrada e outra que, reconhecendo-se humana, reduplica o sentido da anterior, amplificando-o. Ao exílio que se descreve, antecipa-se outro, fundador. Mas o que, por fim, dá concretude a esse encontro é a materialidade dos textos a se entrelaçarem: “as

linhas da minha escrita atravessaram agora as páginas da Tora, apertadinhas umas de encontro às outras, e não conservasse eu na memória o que lá se diz, não alcançaria ler os versículos sagrados” (Cláudio, 2003, p. 12).

Desta forma, a unir pontos distintos de um mesmo novelo ou a confrontar imagens que se espelham, esses romances que falam de trânsito do eu para o outro, que encenam a passagem do homem por paisagens a que precisam necessariamente atribuir sentidos, destacam-se, sobretudo, por instaurarem uma compreensão acerca do caráter fragmentário e descontínuo da memória e da linguagem que a tenta apreender. Falam de viagens e paisagens. Mas encenam, por princípio, a busca da palavra habilitada a dizer, no seu próprio corpo, os espaços por onde transitar.

No entanto, se os textos de Mário Cláudio falam dessa viagem da escrita e, através dela, encenam uma viagem pela memória, são também textos que apontam para uma releitura significativa do percurso marítimo português e parecem sugerir a necessidade de um novo lugar discursivo, capaz de, ao revisitar a história colonial – revisitar mesmo o princípio de sua constituição, em *Peregrinação de Barnabé das Índias* –, desvelar um novo modo de compreendê-la. A história que se conta é aqui, sobretudo, a história daqueles que, apagados das narrativas oficiais acerca desse processo expansionista, atravessaram, contudo, todo o seu andamento. Se o personagem do Gama, envelhecido, cheio de medos e remorsos, é capaz de nos convidar a refletir acerca de sua suposta fragilidade, é sobre Barnabé, todavia, que a narrativa se dobra para, com ele, apontar o verdadeiro sentido da viagem, colocando em xeque não apenas as bases da aventura marítima lusitana, mas problematizando o próprio processo por ela iniciado. Mais questionador do que apontar o marinheiro judeu como verdadeiro descobridor do caminho marítimo para as Índias é, portanto, esse indagar acerca do sentido da viagem a que já me referi e o ato de contrapor aos descobrimentos marítimos a descoberta de novos sentidos para a existência e para se viver intimamente a religiosidade. Ao saber institucional, histórico e econômico, o romance equipara uma percepção transcendente do mundo que é, ao fim e ao cabo, a negação mesmo das bases científicas que, a partir de então, nortearam nossas formas de conhecimento. Ou,





necessárias para “um outro pensamento”, um pensamento que não é mais concebido na dialética de Hegel, mas localizado na fronteira da colonialidade de poder no sistema mundial moderno. Por quê? Porque a dialética de Hegel pressupõe uma concepção linear do desenvolvimento histórico, enquanto “um outro pensamento” se baseia nas confrontações espaciais entre diferentes conceitos de história. Ou, devo dizer, “um outro pensamento” é possível quando são levadas em consideração diferentes histórias locais e suas particulares relações de poder (Mignolo, 2003, p. 102-103).

Não seria demais afirmar que essas duas vozes, ao situarem-se como uma das instâncias narrativas de seus respectivos textos, atravessam a história colonial assumindo liminarmente a possibilidade de “um outro pensamento” que desarticula a voz autoritária do Império. Funcionam como novas linhas de leitura – novas viagens, portanto, de memória e de escrita – do expansionismo a partir de uma perspectiva que o subverte. Subversão, aliás, que se manifesta em diversos níveis, como, por exemplo, naquele que se pode perceber através da prática de escrita de Abel. Ao escrever sobre as páginas da Tora, mesmo que reconheça a interiorização da mensagem que lá está contida, o velho judeu sobrepõe um texto ao outro, a sua experiência de vida a uma forma canônica de leitura da existência, subvertendo o sentido do sagrado e realçando a sua manifestação como linguagem, como sentido produzido a partir do discurso e, por isso mesmo, por ele determinado. Se o poeta é aquele que revela o “diferendo íntimo” entre as palavras e aquilo que elas nomeiam, para retomar Collot, o ato de escrita de Abel, por sua vez, acusa o “diferendo íntimo” entre seu exílio e aquele vivenciado concreta e ontologicamente por seu povo e, ao sobrepor frases e sentidos ao discurso da tradição, inaugura nova possibilidade de dizer o já dito, de enunciar o sentido da diáspora e da História. Dessa forma, se é válido afirmar, junto com Mignolo (1983, p. 59), que o conhecimento entrincheira-se na linguagem, não seria demais supor que a escrita da memória de Abel traduz para novos sentidos a dispersão dos judeus pelo mundo, reportando à história da diáspora coletiva o exercício do exílio individual e de seu narrar. Podemos, assim, afirmar que *conhecimento, linguagem e tradução* são fatores fundamentais para instituir, nos textos de Mário Cláudio aqui observados, o per-

curso para "um outro pensamento", para uma abordagem que sub-repticiamente se quer pós-colonial ou, ao menos, no intuito de manter a coerência com o nosso recurso ao pensamento de Mignolo, crítica da colonialidade de poder. Na esteira de Khatibi (1983, p. 59), a tradução é aqui pensada no terreno do conhecimento e da epistemologia. Assim, se não sou inocente a ponto de considerar o conjunto do pensamento judeu como vítima de um processo secular de silenciamento, julgo ser importante destacar que o percurso ideológico cristão utilizado para sustentar todo o processo expansionista português – buscava-se propagar a Fé e o Império – trabalhou por silenciar, nesse caso específico, a presença dos judeus como agentes intelectuais também presentes nesse processo. Assim, se mantenho um diálogo com o pensador árabe ao afirmar que, em paralelo às sociedades subdesenvolvidas, existem as sociedades silenciadas – sociedades que, apesar de possuírem fala e escrita, são desconsideradas no que se refere à produção planetária do conhecimento, sobretudo em virtude de usarem uma língua que não é reconhecida pelo Norte global como "língua de saber" –, não gostaria de escapar ao risco de afirmar a existência de um processo de silenciamento a que todo o saber alternativo foi submetido na história da expansão portuguesa. Por isso, o romancista contemporâneo, ao atribuir voz e, sobretudo, escrita a Abel e a Barnabé, ensaia um surpreendente jogo de tradução, no qual sobressai a possibilidade de constituir novas formas de apreensão da viagem e de seus diversos sentidos.

Ao darem voz a uma das crianças judias levadas a São Tomé para povoar a ilha – episódio que mal é referido nos anais da história portuguesa –, ao marinheiro judeu ou a um Gama envelhecido, já corroído em sua estatura heróica, os textos de Mário Cláudio revelam possibilidades de leitura que deslocam a cena colonial para um novo patamar, revelando o que se quis silenciar. A ficcionalização da memória mostra-se, portanto, como um instrumento seguro para contrapor à história oficial dos descobrimentos e da colonização portuguesa as lacunas naturalmente existentes em qualquer processo de historicização de um período marcado por múltiplas características e que merece ser questionado em vários níveis. Também nós, leitores, somos convidados a essa nova viagem do saber, a desconstruir os poucos mitos que restam e a

propor novos significados. Talvez possamos, então, como os textos do romancista português me parecem fazê-lo, responder à "Proposta" dos dolorosos versos de Conceição Lima com que encerro este texto:

apaguem os canaviais, os cacauzais, os cafezais  
rasurem as roças e a usura de seus inventores  
extirpem a paisagem da verde dor de sua íris  
e eu vos darei uma narrativa obliterada  
uma esparsa nomenclatura de heróis (2004, p. 31).

## Referências

CALVÃO, Dalva. *Oríon*, de Mário Cláudio: ruína e escrita. In: DUARTE, Lélia Parreira (Org.). *As máscaras de Perséfone*: figurações da morte nas literaturas portuguesa e brasileira contemporâneas. Rio de Janeiro: Bruxedo/Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2006, v. 1, p. 99-116.

CLÁUDIO, Mário. *Oríon*. Lisboa: Caminho, 2003.

\_\_\_\_\_. *Peregrinação de Barnabé das Índias*. Lisboa: Caminho, 1998.

COLLOT, Michel. O outro no mesmo. In: *Alea – Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2006.

KHATIBI, Abdelkebir. *Maghreb pluriel*. Paris: Denoel, 1983.

LIMA, Conceição. *Proposta. O útero da casa*. Lisboa: Caminho, 2004.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais*: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e do outro. In: *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006. p. 23-43.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.